

Entre Pedagogia do Oprimido e Quarto de Despejo: um lugar para denúncia social e ação libertadora

Between Pedagogy of the Oppressed and Eviction Room:
a place for social denunciation and liberating action

Entre la pedagogía del oprimido y la sala de desahucios:
un lugar para la denuncia social y la acción liberadora

Anelise Guedes Holanda Lopes¹

 [0009-0007-3607-8968](https://orcid.org/0009-0007-3607-8968)

Simone Cabral Marinho dos Santos²

 [0000-0001-8338-8482](https://orcid.org/0000-0001-8338-8482)

Resumo: O diálogo entre *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire e *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus é o mote do artigo. Objetiva-se refletir a problematização do mundo, entendendo a consciência do ser como parte na desconstrução da invisibilidade social dos oprimidos. De caráter teórico, trazemos em debate o processo de desconstrução da invisibilidade social, sendo a palavra desses autores, instrumento de denúncia social.

Palavras-chave: Oprimido. Opressor. Dialogicidade. Denúncia social.

Abstract: The dialogue between *Pedagogy of the Oppressed* by Paulo Freire and *Quarto de Despejo* by Carolina Maria de Jesus is the motto of the article. The aim is to reflect the problematization of the world, understanding the consciousness of being as part of the deconstruction of the social invisibility of the oppressed. Of a theoretical nature, we bring into debate the process of deconstruction of social invisibility, with the words of these authors being an instrument of social denunciation.

Keywords: Oppressed. Oppressor. Dialogicity. Social reporting.

Resumen: El diálogo entre la *Pedagogía del Oprimido* de Paulo Freire y el *Cuarto de Despejo* de Carolina María de Jesús es el lema del artículo. El objetivo es reflejar la problematización del mundo, entendiendo la conciencia del ser como parte de la deconstrucción de la invisibilidad social de los oprimidos. De carácter teórico, ponemos en debate el proceso de deconstrucción de la invisibilidad social, siendo las palabras de estos autores un instrumento de denuncia social.

Palabras-clave: Oprimido. Opressor. Dialogicidad. Informes sociales.

¹ Mestranda em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. *Lattes:* [9185119272595602](https://lattes.cnpq.br/9185119272595602) - *E-mail:* aneliseglh@hotmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Docente vinculada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (*Campus* de Pau dos Ferros). *Lattes:* [6921624271452465](https://lattes.cnpq.br/6921624271452465) - *E-mail:* simonecabral@uern.br.



Introdução

Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, é uma obra que fala com ares de protesto e denúncia a respeito do tecido social do qual o oprimido provém e nele permanece. Essa obra sofreu inúmeras críticas e ainda sofre, reverberadas por quem não comunga de uma lógica que partilha a defesa da igualdade de oportunidades a todos. Para além de ser um marco no pensamento social, essa obra representa a diretriz de uma educação voltada para a promoção dos menos favorecidos, em uma vertente que leva o indivíduo a atuar e refletir sobre a sua ação, para novamente agir, de forma mais consciente, mediado pelos resultados oriundos da sua reflexão.

O livro é um anúncio em favor da cidadania, da conscientização do povo sobre as suas relações entre os elementos estruturais que fazem a sociedade, por meio da problematização da realidade. Sob a mediação do diálogo se alcança o conhecimento, para, nesse diapasão, o oprimido finalmente se tornar um sujeito livre da opressão, porque somente um indivíduo que se prioriza, enxergando as suas potencialidades e possibilidades, pode pertencer a si mesmo, ser dono de si.

A emancipação, pela quebra ou desarticulação do modelo estabelecido pelos opressores, torna visível quem antes era invisível e Carolina Maria de Jesus, na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, encapsula essa análise do oprimido como um ser capaz, que por suas qualidades emerge de uma condição em que teve seus direitos violados para experimentar a desconstrução da invisibilidade social.

Este artigo, de caráter teórico, tem como objetivo refletir sobre a condição de desigualdade a que os oprimidos, como Carolina, estão sujeitos, condicionados a uma estrutura social que muitas vezes oculta a opressão que lhe é imanente. Na obra *Quarto de Despejo*, a autora descreve, na forma de um diário, a sua vida como moradora de favela na cidade de São Paulo dos anos 1960. Nesse diário, relata toda a sua experiência de miserabilidade junto aos seus três filhos, convidando-nos a refletir, sob o seu olhar, a condição do oprimido em nossa sociedade.

A provocação que estabelecemos nesse artigo faz pensar sobre como o relato de vida expressado por Carolina Maria de Jesus na obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* alia-se ao conhecimento trazido por Paulo Freire em suas obras e mais especificamente em *Pedagogia do Oprimido*. Carolina, na obra em questão, materializa a obra de Freire ao expor



de forma evidente como a opressão perpassa o conceito de classe social e reverbera em pontos ainda mais vulneráveis da sociedade, particularmente, na condição de uma mulher negra como chefe de uma família matrifocal que enfrenta a ausência diária de dignidade no que é mais básico para o existir, realidade que ocorre de forma a refletir a solidão que a mulher negra periférica enfrenta, condição que não se dissocia do perfil social racista brasileiro.

Por isso levantamos o seguinte questionamento: Existe um projeto de dominação que trabalha pelo boicote ao sujeito dominado, apagando - o como um sujeito que, vindo de condições existenciais diversas, pode escrever a sua própria história? Trazemos para o debate o contexto de negação suportado pelos oprimidos, que os exclui da cena social, não lhes permitindo conhecerem livremente o mundo, e a si mesmos, para que no processo de construção do conhecimento pudessem se tornar sujeitos ativos. Essa condição torna-se dificultosa porque nesse não estímulo da curiosidade perante a realidade, não ocorre a problematização que só há quando o direito à educação é efetivado entre todas as camadas sociais com o propósito da construção da autonomia individual do sujeito para si e para o seu eu relacionando-se em sociedade. O que se verifica, portanto, é um ríspido movimento de invalidade do caminho trilhado pelo oprimido. E de qual oprimido estamos falando? Recai em maior grau a condição de oprimido quando é ampliada para questões de gênero, raça e etnia. Trata-se de mazelas que assolam as condições de vida de mulheres negras, como Carolina, cuja condição de subalternidade tem origem econômica, mas também é acrescida de racismo, misoginia e origem social.

Em Paulo Freire, o oprimido quando sabedor da sua realidade, a desvela para o mundo e cria, com as suas possibilidades, uma nova história. À luz do seu diário, Carolina Maria de Jesus, mulher negra e periférica, expressa a condição sofrida de opressão, consciente da sua realidade, contestando essa posição e a de outros que vivem a mesma situação. Em ambos os autores, a palavra é um instrumento de libertação e de leitura do mundo. Carolina de Jesus escreveu sua obra principal em um período histórico-social marcado pela efetivação de uma estrutura dominante segregacionista, que negava o exercício de direitos e minorava a responsabilidade do Estado quanto aos deveres para com o povo, precarizando ainda mais a condição existencial dos pobres.



Carolina de Jesus se revelou uma mulher produtora de um pensamento revolucionário e conscientizador a partir das suas reflexões cotidianas, por meio da sua palavra condenou a indiferença pela qual os oprimidos eram negligenciados. E por mais que falasse de um lugar subalternizado, ela confrontou, a todo instante, esse destino dado aos humildes, ao discursar por meio dos seus escritos, com autonomia de conhecimento.

Ela é um fruto da necessária problematização que Paulo Freire prega, alcançada apenas e tão somente pela conscientização madura da realidade opressora que tanto reprime as classes populares. Sem rodeios, ela escreve e se transmuta em força militante, que atua contra a pobreza sua e de todos, o que nos permite dialogar com Paulo Freire, entendendo como Carolina Maria de Jesus prova, pela sua história e seus escritos, a possibilidade de transformações concretas na vida que em outro cenário não seria possível, mas que se torna real em decorrência do seu programa de vida sempre ter sido destinado à transposição de barreiras.

Problematizando a pedagogia do oprimido: suas implicações na vida social

A mensagem de Paulo Freire, na teoria da pedagogia do oprimido, faz-nos compreender a relação entre opressor-oprimido, tomando por base o autoritarismo que se estabelece nas relações e na dinâmica social, que provoca a desumanização do oprimido. Partindo dessa premissa, Costa, Santos & Vale (2020, p. 2) afirmam que a teoria que fundamenta essa obra “[...] se reinventa na dinâmica da realidade social e se alimenta da transformação objetiva da condição de opressão e da ação dos sujeitos sociais sobre o mundo para transformá-lo [...]”. O trecho citado demonstra que Freire entende que o povo deve refletir sobre si mesmo e sobre o mundo para se projetar como sujeitos de direitos e não só como de deveres, capazes de concretizar o seu destino, tornando os seus sonhos possíveis. O resultado disso é um povo politizado, participativo.

Paulo Freire, em *Pedagogia dos Sonhos Possíveis* (2020a, p. 49), já afirmava que: “[...] é impossível existir sem sonhos [...]”, pois o desejo de prosperidade é natural a todo ser humano e a opressão é um desvirtuamento da natureza humana, originado pela lógica econômica moderna. Para abordar os problemas da nossa sociedade, Paulo Freire faz uma correlação entre os problemas experienciados todos os dias e os fatores que comungam para que eles aconteçam. Nas palavras do autor, a transformação social é resultado de uma prática



educacional que inspira e se compromete com o mundo, como dito em *Pedagogia dos sonhos* possíveis:

[...] Se implantada de maneira crítica, a prática educacional pode fazer uma contribuição inestimável à luta política. A prática educacional não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos, contudo acredito que, sem ela, jamais haverá transformação social. A educação consegue dar às pessoas maior clareza para ‘lerem o mundo’, e essa clareza abre a possibilidade de intervenção política [...] (Freire, 2020a, p. 50).

Observamos que Freire (2019) milita pelo acesso à educação, de modo que ela atue como força conscientizadora no processo de construção do conhecimento, potencializando o sujeito oprimido a intervir em prol de sua libertação. Freire (2019) já expressava que, ao realizar esse movimento de construção do pensamento que acontece de forma íntima e exterioriza-se no ser humano em seu processo de formação do entendimento crítico, ficam evidentes as condições da opressão. Os grupos populares, quando alcançam a criticidade sobre sua situação, percebem as injustiças e desumanização a que são submetidos, não mais como uma realidade predestinada e imutável. Essa leitura crítica do mundo tem o condão de incomodar a quem se beneficia da permanência do *status quo*, pois a força desse processo de conscientização traz em si a capacidade de mobilização para a emancipação.

[...] Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como ‘seres para si’, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores e esta o *ser menos* (Freire, 2019, p. 40-41, *grifos do autor*).

Nesse contexto, Freire (2019) explicita que o ser humano, por estar em constante evolução no mundo, é um ser inconcluso, mas consciente da inconclusão, sabe que precisa lutar pela sua humanização contra todas as formas de exploração para existir plenamente, objetivando a verdadeira vocação individual de ser com autenticidade, negando o fatalismo que impõe o *ser menos* a cada oprimido.

Paulo Freire (2019), nessa pedagogia libertadora que assume em favor dos oprimidos, para além da conscientização, compartilha o compromisso em divulgar aos “esfarrapados do mundo” que, ao tomarem conhecimento de si, não devem fugir aos desafios das mudanças que virão com a nova postura assumida no seu relacionamento com o mundo. Portanto, a libertação para Freire “[...] é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto



é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (Freire, 2019, p. 48).

O opressor, esse sujeito social de vertentes neoliberais, que se beneficia da inércia e da sujeição dos oprimidos, que se engrandece da pequenez do humilde, está confortável na sua condição de detentor do poder econômico, dos meios de produção e de capital cultural. A toada da manutenção do poder da elite, que só é possível a partir da retirada do indispensável para viver aos humildes, continua dia após dia, desde que um homem se achou no direito de subjugar o outro, transformando-o em um indivíduo que só tem a força de trabalho como moeda de troca. Sendo assim, o *não ser* dos oprimidos tem fundamento na irrelevância com que sempre foram tratados. Com base nisso, Bourdieu & Passeron (1992, p. 23) afirmam:

A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é sociologicamente necessária na medida em que essa cultura deve sua existência às condições sociais da qual ela é o produto e sua inteligibilidade à coerência e às funções da estrutura das relações significantes que a constituem.

Bourdieu & Passeron (1992) nos explicam como os oprimidos são atravessados em sua existência pelo capitalismo dominante que impera na sociedade, que para a sua manutenção é necessária a existência de uma grande parcela de miseráveis e desassistidos. Desse modo, a grande massa necessita ser grata pela caridade travestida de “bondade” que se materializa em subempregos com salários e estruturas precários. A esse respeito, Freire (2019, p. 63, *grifos do autor*), diz: “[...] Por isto é que, para os opressores, o que vale é *ter mais* e cada vez *mais*, a custa, inclusive, do *ter menos*, ou do *nada ter* dos oprimidos. *Ser*, para eles é *ter* e ter como classe que tem”. Essa posição mostra a razão do porque é necessário ter o conhecimento de como o nosso país se fundou e se construiu como Estado, constituindo, desde o início, uma sociedade de caráter preponderantemente desigual.

Assim afirmam Costa, Santos & Vale (2020, p. 4):

[...] o pertencimento a coletivos sociais que destoam do ‘padrão de normalidade’, produzido por essa sociedade hierárquica e desigual, é submetido a um complexo processo de inferioridade simbólica que justifica, ideologicamente, a dominação destes pelos, simbolicamente, superiores. Somando-se ainda nesse complexo quadro a opressão como produção da inferioridade simbólica e da invisibilidade dos povos e suas culturas. Isso pode ser caracterizado como uma herança colonial [...].

Encontramos a materialização dessa ideia quando demarcamos na sociedade a atitude do opressor que manobra a sua lógica opressiva ao conquistar os corpos e mentes dos oprimidos, valendo-se, para tal, de sua posição histórica hegemônica que reverbera



privilégios, para com isso defender e perpetuar como tipo padrão o homem branco de ascendência europeia, como uma figura que emana legitimidade somente porque foi dado a ela ocupar os espaços do poder. Ao falar disso, estamos trazendo apenas uma exemplificação de como a inculcação da sujeição do ser dos oprimidos pelos opressores ocorre também pelo aspecto físico, criando para os oprimidos o estereótipo do marginal, negro e pobre.

Tal fato é perfeitamente engendrado pelos opressores nas mentes dos oprimidos, o que justifica as suas próprias ações de autodesvalorização, a partir da subjugação do opressor. O racismo nada mais é do que uma ferramenta política de um mecanismo de sociedade capitalista e imperialista, criado sob a premissa de que o opressor é um ser imbatível, pensamento este que a classe dominante foi capaz de inculcar na mente dos oprimidos, como também atestam Costa, Santos & Vale (2020, p. 4):

[...] massas conquistadas, tornando-se meros expectadores passivos, alienados numa relação vertical e dominados por processos de manipulação e invasão cultural que transformam a consciência recebedora em consciência ‘hospedeira’ da consciência opressora [...].

Frequentemente, os oprimidos se negam a buscar pelo *Ser Mais*, como afirma Freire (2019, p. 71): “Até o momento que os oprimidos não tomam consciência das razões do seu estado de opressão, ‘aceitam’ fatalistamente a sua exploração [...]”. Mas a transformação ocorre quando a atitude passiva frente a tudo se transforma em ação consciente pelo querer dos oprimidos, fazendo com que o “homem velho” não se veja mais como um ser mínimo e então se aproprie de sua história e de sua realidade para dar início à mudança.

Paulo Freire acredita que a opressão, como instrumento de controle dessa inferioridade perpetrada por gerações de forma sorrateira, convincente para aqueles que a sentem, só pode ser refutada pela união dos oprimidos. Sua pedagogia libertadora baseia-se na crença de que a libertação só é possível se realizada para e pelo povo, em um movimento dialético de caráter horizontal, “[...] Por isto o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto [...]” (Freire, 2019, p. 89). Assim, todos precisam ter as mesmas oportunidades de se conscientizarem, em um processo de ação dialógica que promove o povo ao protagonismo, para a plena cidadania.

Conforme Césaire (2020), há uma subjugação profundamente arraigada na mente do povo, que vive um eterno processo de objetificação em relação à classe dominante e, apenas através de um contundente trabalho de desvelamento da realidade, com o reconhecimento de



suas raízes e potências, é possível se libertarem das amarras opressivas. Ao tratar do processo de colonização ao qual a população negra foi submetida, o mesmo autor afirma que esse passado deixou profundas marcas na existência de “[...] milhões de homens em quem foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo” (Césaire, 2020, p. 25). A partir disso, compreendemos ser um trabalho hercúleo para o indivíduo que vivencia a opressão em que a desvalorização de sua personalidade e produção acontecem a todo instante. Acreditar que atravessar as barreiras da opressão é possível, por isso a importância do coletivo, de uma conscientização coletiva, para a transformação do presente.

Souza (2021) trabalha o conceito da humilhação do povo por sua condição de existência na subalternidade, dizendo que esses sujeitos, os negros oprimidos que vivem o racismo sistemático em todas as suas experiências cotidianas, não são somente produto de uma classe social pairando sobre o véu da sociedade, mas da prática de cada indivíduo na sua individualidade. Almeida (2019, p. 31, *grifos do autor*) lembra-nos que não devemos eximir da responsabilidade individual na prática do racismo somente porque o entendemos como estrutural, argumentando “[...] que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para neutralizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*”.

Para que desapareça essa exclusão da desigualdade imposta não só pela cor, mas pela classe econômica, social e de gênero, que é um recorte de opressão específico vivenciado por Carolina Maria de Jesus, como bem revela a obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, pelo fato de ser mulher em meio ao caos vivido e sentido por ela em todas essas nuances, encontramos em Paulo Freire, no texto de *Pedagogia do Oprimido*, uma continuação da denúncia já realizada por Carolina e que nos parece ser atinente ao tempo em que foi escrito, assim como, aos tempos atuais, que se revelam tão carentes de uma reflexão sobre os benefícios da conscientização das pessoas frente à sujeição e ao sufocamento das gentes. Logo, Freire (2019) enuncia a necessidade de procurar a merecida emancipação, em busca do *Ser Mais*, em que o oprimido tendo consciência de quem é, persegue uma condição de prosperidade. Desse modo, Carolina apresentou-se como paradigma por buscar com tanta determinação a plenitude a que sabia estar destinada.



Unindo-se a esse incessante caminho de busca pelo *Ser Mais* idealizado por Freire, fazemos uma ponte com o pensamento de Moreira (2020, p. 45), no que diz: “[...] o processo de racialização de grupos humanos é um exercício de poder que proporciona os instrumentos para a dominação de certas populações, pois elas são criadas como diferentes e inferiores” ideia que nos mostra como, para as pessoas que foram encaixadas pela forma de organização social vigente nessa faixa, é complexo sobressair-se a essas barreiras do poder e assim, tornar o discurso da existência de uma diferenciação de grupos por raça e gênero um discurso legítimo e real, ao passo que a sociedade veja como pertinente encarar essa hostilidade sofrida e lutar contra ela como Carolina fez, através da propositura de discussões que contestem a exclusão.

Compreendemos que, particularmente, é difícil para a pessoa de origem negra e periférica encontrar seu espaço em uma sociedade que não permite a caminhada de quem não está enquadrada no perfil que entrega o masculino e branco como padrão hegemônico. Carolina representou esse papel ao encarnar todas essas exclusões, sendo rejeitada e por isso vivendo dos rejeitos que a elite produziu, no entanto, é subjetivo a concepção de derrota frente a essas dificuldades impostas, pois Carolina não se furtou a problematizar a sua vida e o destino que sonhava para si.

A proposta idealizada por Paulo Freire, em que a teoria evolui para o campo da prática, em direção a uma ressignificação do ser baseada na reflexão social, fruto da problematização do meio em que se vive, faz com que os desafios impostos por este meio não operem como impedimentos, mas compreendidos como estágios necessários à conquista de um novo mundo que se abre ao oprimido e que não o deixa permanecer no velho *status quo*. A partir dessa nova descoberta, o homem novo, resultado dessa ressignificação, vê-se como prioridade, se sabe potência, que se engaja no mundo atuando em prol de si e do próximo.

Na contramão do ideal de uma educação bancária, modelo de educação ainda persistente no Brasil, que domestica as camadas sociais populares e perpetua as relações de poder, onde quem pode mais faz o mínimo pelo social e quem pode menos vive sempre no aguardo do assistencialismo, é proposta a educação problematizadora, que eleva o ser humano, trabalhada extensamente por Paulo Freire, como um caminho urgente e verdadeiro de mudança. Conforme o autor,



A primeira ‘assistencializa’; a segunda criticiza. A primeira, na medida em que, servindo a dominação, inibe a criatividade e, ainda que não podendo matar a *intencionalidade* da consciência como um desprender-se ao mundo, a ‘domestica’, nega aos homens na sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se. A segunda, na medida em que, servindo a libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde a sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora (Freire, 2019, p. 101, *grifos do autor*).

Paulo Freire reflete que é próprio do dominador imobilizar o dominado pela via do auxílio emergencial, que é de caráter pontual, mas que por vontade do dominador se eterniza e mantém o humilde preso sob esse jugo. Já a concepção problematizadora parte do princípio de que o indivíduo deve pensar sobre o que deseja ser, de modo a se desenvolver para aprimorar o fluxo do estar sempre em estado de florescimento, em constante aperfeiçoamento. Freire (2019, p. 141, *grifos do autor*) diz que “[...] Os homens são porque estão em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre a sua forma de *estar*, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão”.

Ele compreende que a existência do ser humano como um ser sujeito de anseios exequíveis deve existir com base na emersão de uma realidade opressora, para transformar-se em um ser imerso em possibilidades concretas, na busca de vivências nunca antes sentidas, mas sempre desejadas. A conformação quanto à realidade dos fatos nada mais é do que a adequação do sujeito às condições impostas sobre si, ao contrário, o ser humano tem o direito de buscar a sua humanização.

Essa humanização, para além da conscientização individual, também se transforma em conscientização coletiva, por isso, Freire (2019, p. 44) preceitua que a libertação dos oprimidos, feita por eles mesmos, cujo “ideal é realmente ser homens” deve atentar que “[...] ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores [...]”. Com base nisso, a linha entre o oprimido que deseja a sua libertação para atuar sobre a sociedade, com o escopo de quem ascendeu de um contexto de degradação, para o encantamento descompromissado com uma realidade de possibilidades, é muito tênue, ou seja, é preciso seriedade para se comprometer com a mudança de uma estrutura que eleve as mentes e possibilite refazer os cenários em prol de todos os oprimidos.

Paulo Freire (2019) esclarece que o oprimido, ao refletir sobre o seu mundo, alcança a compreensão da sua opressão, mas pela sua própria imersão nas condições opressivas é salutar que o indivíduo não se contamine pelo desejo de oprimir quando tiver oportunidade



para tal, numa vã tentativa de superar o seu semelhante. Daí, segundo a epistemologia freireana: “[...] esta quase aberração: um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário” (Freire, 2019, p. 44).

Desse modo, a libertação do ser que passa a se tornar gente não pode ocorrer de forma egoísta. Sobre isso, Freire (2019, p. 196) esclarece que “[...] que ninguém se salva sozinho nem como indivíduo, nem como classe opressora, mas com os oprimidos, pois estar contra eles é o próprio da opressão”. Essa tomada de consciência coletiva atinge um ponto crucial e belo ao mesmo tempo quando os sonhos são percebidos pelos próprios oprimidos, na medida em que a percepção da possibilidade de concretude também é real.

Essa tomada de consciência é assim acentuada por Fanon (2022, p. 42):

O colonizado, portanto, descobre que sua vida, sua respiração, as batidas do seu coração são as mesmas que as do colono. Descobre que a pele do colono não vale mais que a pele do nativo. Tal descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança do colonizado [...].

Verifica-se que a tomada de consciência do subserviente é a via que promove a quebra de estigmas que o colocam inexoravelmente sempre em desvantagem perante a segurança que almeja. Paulo Freire (2019, p. 239) antevê, então, uma: “Ação cultural, cuja prática para conseguir a unidade dos oprimidos vai depender da experiência histórica e existencial que eles estejam tendo, nesta ou naquela estrutura”. Assim, esse movimento revolucionário de libertação do homem da sua condição de pequenez também não se faz alheio ao opressor, sobretudo um opressor que ainda não refletiu sobre a sua posição de pertencimento à elite, quando se põe a analisar o seu papel no desenvolvimento dos meios sociais de produção.

Segundo Freire (2020b, p. 19), nada deve ser descartado nesse movimento revolucionário:

[...] Não é possível entender-me apenas como classe, como raça ou como sexo, mas, por outro lado, a minha posição de classe, a cor da minha pele e o sexo com que cheguei ao mundo não podem ser esquecidos na análise do que faço, do que penso, do que digo. Como não pode ser esquecida a experiência social de que participo, minha formação, minhas crenças, minha cultura, minha opção política, minha esperança.

É claro que, para Paulo Freire, não apenas temos que nos enxergarmos como gente, mas também como gente que conhece o seu passado de luta, que sabe do papel que hoje desempenha para poder subsistir na sociedade. A partir disso, formamos a reflexão de que, no nosso país, um produtor de riquezas é alguém que não usufrui das riquezas que produz, mas



que deveria usufruir. Isso só não ocorre porque há algo de estrutural muito sério em uma sociedade que permite que a desigualdade e exclusão sejam normais. Então, o oprimido, sabedor do coletivo a que está vinculado, deve fazer com que o seu pensamento, fala e ações comunguem pela elevação desse grupo.

O desvelamento da opressão e a consequente extrojeção de si mesmo da dinâmica do existir pautado por uma ideologia fatalista e diminuta de futuros, têm o condão de dividir os opressores e abalar as estruturas da dominação, projetando os humildes para conhecerem e, conhecendo, conquistarem, tomarem em suas mãos uma realidade que se faz reflexiva, crítica e transformadora, em um processo contínuo.

O racismo, por ser uma prática que provém da divisão de uma sociedade em raças, em um processo que muito tem de político, deixa de se sustentar como uma ideologia, pois segundo Almeida (2019) se explicarmos esse fenômeno pelo viés ideológico, facilmente cai por terra em argumentos científicos e filosóficos que provam que não é possível dividir uma sociedade utilizando o conceito de raça, sendo assim sem base de qualquer prática que fomenta atitudes que segregam.

Almeida decompõe o efeito do racismo sentido quando leva em consideração essa prática retratando a versão machista, e, preponderantemente, branca e que se percebe prioridade na escala evolutiva por meio de falsas ideias. Essas atitudes significam a perda da capacidade de se construir como ser humano que se percebe ativo e capaz, indo ao encontro do que Almeida diz sobre o racismo (2019, p. 63, *grifos do autor*): “[...] *é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais*[...]”.

Paulo Freire também elabora entendimentos sobre quem são os responsáveis pela configuração social que dá fomento aos opressores para se manterem em privilégio e o quão elementar é para a existência de todo ser humano viver com dignidade, quando diz: “Ter a consciência crítica de que é preciso ser o proprietário de seu trabalho e de que “este constitui uma parte da pessoa humana” e que a “pessoa humana não pode ser vendida nem vender-se [...]” (Freire, 2019, p. 251).

Almeida (2019) eleva o debate da estratificação social ao tornar óbvio como naturalizamos essa divisão de classes sociais pelo parâmetro da raça, sem questionamento sobre o privilégio branco, porque assim foi convencionalmente estabelecido. Para esse autor,



“[...] a *estratificação social* é um fenômeno *intergeracional*, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado” (Almeida, 2019, p. 33, *grifos do autor*).

De fato, há uma continuidade da exploração dos oprimidos, mesmo após mais de um século da teórica libertação dos negros, que nunca chegou a se fazer na prática, pois se manteve disseminada a ideia da predominância do branco sobre o negro bem como de uma convivência harmoniosa entre as “raças”, através do mito da “democracia racial”; o que ainda se mantém, a despeito das nítidas diferenças de qualidade de vida entre pretos e brancos, entre pobres e ricos (Moravia, 2020). O que fica claro é que a organização social do estado evoluiu, adequando-se à modernidade em que nos encontramos, com alterações nos moldes culturais, políticos e educacionais de desenvolvimento, mas permaneceram os benefícios aos considerados “legítimos” herdeiros desse desenvolvimento, sendo os *quartos de despejos* os lugares de degradação e ignorância relegados aos pobres e negros. Pensando numa *práxis* libertadora, Paulo Freire indaga:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela *práxis* de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (Freire, 2019, p. 42- 43).

Freire fala de um abismo existencial entre dominados e dominantes, que implica a nossa impossibilidade de apropriação do lugar de fala dos oprimidos, por que essa experiência é própria da sua prática existencial. Apesar de não ocuparmos o seu lugar de fala, isso não nos exime de externar nosso posicionamento e lutar contra as formas de dominação. Mas, segundo Paulo Freire, somente os tiranizados pela vida trazem na fala a força da memória e o peso dessas experiências:

Aí temos uma diferença enorme entre nós e as classes populares que, de modo geral, descrevem o concreto. Se perguntarmos a um favelado o que é uma favela, é quase certo que responda: ‘na favela não temos água’. A sua descrição é a do concreto não a do conceito. Um de nós talvez dissesse: ‘a favela é uma situação sociopatológica...’ Por isso também, como tenho salientado em outras oportunidades, a linguagem das classes populares é tão concreta quanto concreta é a sua vida mesma [...] (Freire, 2011, p. 94).

A tessitura em que se apresenta a dominação nem sempre ocorre de forma ostensiva, mas sim de forma velada, às pessoas que constituem a base da sociedade, a quem, por serem pessoas economicamente vulneráveis, foram negadas historicamente as chances e



oportunidades de progredirem, até mesmo por meio da educação, que de forma pressuposta teria a capacidade de produzir saberes e por meio desses estruturar e fazer ecoar os pensamentos, na forma da palavra e do discurso contra hegemônico. Sobre os oprimidos converge, então, uma força que ludibria a sua percepção e posicionamento frente à opressão, negando a eles até mesmo a faculdade de pensar. É o que atesta Carneiro (2023, p. 14), quando diz: “[...] Com a função de produzir exclusão, as interdições – presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais – promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão [...]”.

Adorno (2023, p. 76 -77) também faz uma reflexão a esse respeito, mostrando-nos, de forma transparente, que: “[...] Na incapacidade do pensamento em se impor, já se encontra à espreita o potencial de enquadramento e subordinação a uma autoridade qualquer, do mesmo modo como hoje, concreta e voluntariamente, a gente se curva ao existente [...]”. Esse movimento é o movimento que ainda se encontra vigente em nossa sociedade, e sobre o qual Carolina Maria de Jesus escreve, no seu *Quarto de Despejo*, desvelando e combatendo toda uma perspectiva de existência determinada aos oprimidos, que os condena à subalternidade.

Ela põe em evidência seu pensamento por intermédio da escrita, decretando o seu inconformismo, como bem retrata Ferreira (2016, p. 101): “[...] Carolina Maria de Jesus compreendeu a razão de sua inquietação mental, era a poesia que desejava se revelar no papel. A escrita começou a fazer parte da sua vida, como um desejo vital, uma necessidade. Escrever era como comer, dormir, pensar [...]”. Essa fala ratifica a percepção de denúncia social que a autora estabeleceu em sua experiência no mundo, estabelecendo conexão entre o que vivia, pensava e escrevia.

Quarto de Despejo e os banidos do direito de viver

Tendo em vista a reflexão freireana sobre a concretude das coisas, relacionada à classe social dos indivíduos, Carolina Maria de Jesus, por toda a sua trajetória que remete à luta contra a invisibilidade rumo à emancipação do indivíduo, como autora e em sua história de vida, às ideias manifestadas por ela vão ao encontro do pensamento político e educacional de Freire, que estabelece como foco de seus estudos e a condição das pessoas de origem popular como sujeitos que vivem sob a condição da opressão, por serem assim, portanto, são centrais para explicar a força de sua teoria e *práxis*.



Nenhum leitor sai do texto de Carolina sem perceber o tom de revelação a qual ela escreve, desocultando realidades que são concebidas a partir da exploração do oprimido através do controle do Estado, ademais, nas entrelinhas está posto um chamamento aos leitores para um questionamento dessa realidade, situação que não permite a inércia de quem lê. Moradora da favela, Carolina de Jesus se descreve como uma mulher negra, pobre, mãe solo de três filhos, e, em sua jornada diária, era catadora de papel, mas também catava livros e cadernos velhos, o que a permitiu utilizar esse material em seu benefício, escrevendo neles a sua história, a história da sua pobreza, em meio a um mundo que a impedia de fazer escolhas, em que não via à sua frente nenhum tipo de oportunidade que a fizesse galgar um bom futuro.

Ela fez do seu nada um tudo para a melhoria do seu universo particular, quando habitava o barraco, o qual chamava de quarto de despejo. Ali encontrava nos livros e na escrita um refrigerio, como bem ressalta no diário: “[...] Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo! [...] Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler [...]” (Jesus, 2020, p. 30-31). Em razão disso, Carolina de Jesus se tornou uma escritora, o que muitos considerariam improvável, alcançando reconhecido sucesso. Era moradora da favela do Canindé, uma grande comunidade existente em São Paulo, desativada em meados de 1960 para a construção da Marginal Tietê, um lugar que descreve como de muita penúria e sofrimento: “[...] Cheguei no inferno [...]” (Jesus, 2020, p. 22). Ainda acrescenta: “[...] Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (Jesus, 2020, p. 41).

Falando sobre si e seu lugar de origem, Carolina de Jesus escreve: “[...] Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares dos lixos e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos” (Jesus, 2020, p. 55-56). Em muitos relatos, extravasou a sua angústia pela proximidade dos barracos dos moradores dessa região em relação ao Rio Tietê, já nesse tempo um grande rio poluído, do qual os favelados se serviam da água em péssimo estado, ficando expostos a várias doenças, vivendo uma realidade que macula o brio de qualquer ser humano:

[...] Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saude que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença caramujo. Mas não deu remédio para os favelados. A mulher que passou



o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remédios (Jesus, 2020, p. 94).

A revolta interior de Carolina de Jesus por encontrar-se só, precisando satisfazer as necessidades urgentes de sua família, e a transformação dessa realidade em uma obra literária, comunga com a direção descrita por Bento (2022, p. 87): “[...] mulheres negras têm uma história de vida tão dramática que isso ganharia uma ‘centralidade temática’[...]”. Assim ocorreu com Carolina de Jesus, que ao fazer uma narrativa autobiográfica, divulgando as suas agruras, a obra terminou se projetando como um livro de memórias.

O livro se configurou na época de seu lançamento, em 1960, como uma “bomba”, detonando na sociedade uma face até então desconhecida por muitos, o contexto e a dinâmica social da favela: “Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo [...]” (Jesus, 2020, p. 85). O jornalista e editor Audálio Dantas, que descobriu e publicou os escritos de Carolina de Jesus, assim se expressou sobre a denúncia social contida na sua obra: “[...] *Quarto de despejo* não é um livro de ontem, é de hoje. Os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando” (Dantas, 2020, p. 203, *grifos do autor*).

Carolina de Jesus, por ser uma mulher vinda de um lugar social feminino, negro e marginal se tornou uma referência e porta-voz desse lugar a partir de sua história de vida, contada na obra que escreveu. Resende (2020, p. 187) analisa as raízes de sua fala: “[...] Carolina catava papel e tinha o que dizer; tinha essa mistura de raiva e ternura que leva à vã tentativa de cuspir o que bloqueia a garganta e ameaça matar por asfixia, se não for dito [...]”. O caminhar de Carolina de Jesus foi unicamente baseado na resistência, é o que tanto emana em suas palavras, algo já incorporado ao seu modo de ser: “Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estomago. E por infelicidade eu amanheci com fome” (Jesus, 2020, p. 93).

Em *Quarto de Despejo*, Carolina de Jesus não só expõe todos as nuances de sua experiência como marginalizada pela sociedade e pelo poder público, desde a falta do pão de cada dia, de higiene, saúde pública, um lar decente, à falta de respeito, harmonia, afetuosidade, princípios e generosidade entre a coletividade da favela. A autora alerta sobre a desconfiança de algum leitor sobre o que diz: “[...] Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais” (Jesus, 2020, p. 49). Essas faltas,



além de muitas outras sentidas pela autora, juntas, formam um grande emaranhado de carências. No fundo, a carência que ela vive é a carência de existir, tudo provoca a negação ao ser humano de ser gente, de ser um ser com humanidade.

Para Santos, Santos & Oliveira (2016, p. 42):

O diário de Carolina é um instrumento de denúncia e poder, uma forma de se diferenciar dos demais favelados. As informações no diário, apesar de fragmentadas, se organizam em ordem cronológica com registros de datas com precisão na biografia da narrativa. Os relatos têm início em 1955 e fim em 1960, e trazem as transformações, decadências, descobertas e outros fatos vividos pela autora. Assim, a narrativa autobiográfica de Carolina nos conduz a uma reconstituição de sua vida.

Assim, um dos grandes destaques que tornou Carolina de Jesus mundialmente conhecida e celebrada como uma das notáveis escritoras do nosso país foi o fato de o seu texto não ser contado de forma alheia à favela, mas sim por alguém que tinha a favela como território de vida e lugar de fala: “[...] Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2020, p. 36). Carolina foi um marco e veio ressignificar a antiga estrutura da escrita literária, estabelecida sob um culto padrão. Perpétua (2020, p. 236-237) comenta essa questão:

[...] Confiante na promessa de publicação, Carolina conta pormenores de seu cotidiano, mas também faz dos cadernos o suporte em que registra suas reflexões internas. Além disso, à sua escrita diária pode-se atribuir várias funções inusitadas para o gênero. Dessa forma, Carolina acaba por inovar os objetos da narrativa diária, que será transformada em objeto de denúncia social.

Não se pode ler *Quarto de Despejo* e não pensar que o que Carolina de Jesus substancialmente faz é questionar a organização social, o seu escrever é um ato de resposta crítica aos dominadores e suas tiranias, pois expõe as controvérsias sobre o que eles falam e verdadeiramente executam a respeito do passado, presente e futuro do país.

No diário, observamos que a autora, em muitos momentos de sua narrativa, tenta se desconectar do ambiente em que vive, por estar sempre em alguma divergência com relação àqueles com quem divide o espaço: “Todos têm um ideal. O meu é gostar de ler [...]” (Jesus, 2020, p. 31). Esse processo ocorre de forma intuitiva de sua parte, se distinguindo por meio da fé que ela tem na leitura e na escrita.

No entanto, ela acaba por, instintivamente, no seu discurso e na expressão das suas crenças, a internalizar uma vertente do pensamento dominante sobre o seu espaço social e



sobre os que junto com ela dividem esse chão, como nos trechos a seguir (Jesus, 2020, p. 48): “[...] Tudo que é obsceno pornográfico o favelado aprende com rapidez [...]”, “[...] A Florenciana é preta. Mas é tão diferente dos pretos por ser muito ambiciosa [...]” (Jesus, 2020, p. 73) e “Deu uma confusão tremenda. Os nortistas falavam e eu não entendia nada. Se no Norte deles for assim, o Norte deve ser horroroso” (Jesus, 2020, p. 74). O que Carolina de Jesus diz no livro traz à tona um aspecto da sua personalidade que é fácil de se entender, principalmente por seu desenvolvimento como ser humano ter sido forjado em meio a uma sociedade de caráter patriarcal, retrógrado e maciçamente preconceituosa.

Conforme Meihy (2015, p. 26), “[...] Carolina, por paradoxal que pareça, era especialmente hostil em relação aos nordestinos, os quais considerava violentos e suspeitos [...]”. Ao ler *Quarto de Despejo*, esses posicionamentos em relação a aspectos da constituição individual de cada sujeito, determinada basicamente pela região e o meio social do qual provém, são visões que ela tinha da sociedade e, sobretudo, de como ela imaginava que a sociedade deveria se comportar, um reflexo das vivências que ela teve ao longo da vida. Carolina de Jesus é oriunda de uma sociedade tradicionalmente comandada por uma elite que toma decisões, governa e dita as regras sociais, entre elas, a de marcar diferenças e hierarquias em detrimento das camadas populares.

Nós, seres humanos, somos seres essencialmente sociais, cuja “[...] construção da identidade é tanto simbólica quanto social [...]” (Silva, Hall, Woodward, 2009, p. 10). Somos constituídos em parte pela nossa convivência em comum com todos à nossa volta, no processo de formação do nosso *capital cultural* (Bourdieu, 1992). Mas com o capital cultural que Carolina de Jesus constituiu, provindo da estrutura familiar de que veio, dificilmente ela teria pensamentos outros culturalmente diversos, pois, como também explica Candau (2002), a identidade cultural do indivíduo é constituída pela sua inserção na sociedade, sendo que cada sujeito se forma de acordo com as experiências que vive, “[...] determinadas pelos processos históricos, pelas mentalidades e ideologias, pelas relações de poder [...]” (Candau, 2002, p. 132).

Carolina de Jesus, ao mesmo tempo em que pensa de forma tradicional sobre as dinâmicas do mundo, guardando dentro de si um conservadorismo pleno, com pensamentos brandos sobre assuntos em que poderia ter uma posição mais crítica, acaba por se distanciar não só fisicamente, mas emocionalmente, de tudo que permeava a favela naquele período,



pois consciente de seu valor, não se encontrava como sujeito daquele lugar, não aceitava pertencer à favela. Mas mesmo repudiando aquela forma de viver, isso não a fez lutar menos contra a opressão. Vogt (2020, p. 198) discute a respeito dessa inquietude de Carolina de Jesus, ao externar que: “[...] O repúdio da autora à situação em que se encontra é visceral. Da mesma forma e na mesma medida é por ela estranhada. Tanto que no dia em que ia se mudar da favela, depois do sucesso do livro, foi apedrejada pelos vizinhos [...]”.

Justamente pelo grande desejo que tem de ser diferente dos seus semelhantes, para ela, nunca foi volátil a esperança de um dia sair do quarto de despejo, segura que era em seu propósito: “[...] Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos [...]” (Jesus, 2020, p. 174). Essa dualidade com que Carolina de Jesus se define no diário, inquieta, revoltosa e ao mesmo tempo conservadora, explica-se, segundo Coronel (2016, p. 151): “[...] porque ao longo de séculos a educação buscou fazer mulheres adaptadas às suas tarefas “naturais” – esposas, mães, donas de casa [...]”.

Como Freire (2019) atesta, há uma dualidade vivida pelo oprimido: enquanto sujeito socialmente invisível também comunga de pensamentos que fazem parte da matriz epistemológica do sujeito que o domina e manipula. Para Freire (2019, p. 198), “Muitas vezes esta manipulação, dentro de certas condições históricas especiais, se verifica através de pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas. Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas [...]”. Por vezes ocorre essa inculcação das ideias do dominante no pensar dos dominados, como preceitua Freire, assim, em muitos momentos o sujeito pode se posicionar com crenças conservadoras, essa perspectiva não foi vivenciada por Carolina, ao passo que ela sabe que essa miséria não foi por eles provocada e nem deve assim permanecer com a anuência deles, pois foi a eles imposta pela negligência dos que são os responsáveis por garantir o usufruto dos direitos básicos à sobrevivência.

Então, apesar das dificuldades que a narradora e personagem Carolina encontra para se relacionar com os seus e habitar aquele ambiente, a narrativa utiliza muitas vezes de interrupções durante o seu discurso, porque ao contar o seu cotidiano e o dos outros, as situações da vivência comum na favela interferem e mudam por vezes a sua perspectiva e humor; independentemente de tudo isso, as críticas persistem como base do discurso:



Quando elas falam não sabem dizer outra coisa a não ser roubo. Percebi que foi ela quem queimou meus sacos. Resolvi retirar com nojo delas. Aliás já haviam dito-me que eles são uns portugueses malvados. Que a D. Elvira nunca fez um favor a ninguém. Para eu ficar prevenida. Não estou ressentida. Já estou tão habituada com a maldade humana (Jesus, 2020, p. 33).

O que era para se tornar um obstáculo à escrita, muitas vezes, torna-se um impulso, que a faz dialogar não só com ela mesma, mas com o leitor também, problematizando o mundo à sua volta, refletindo sobre a macro conjuntura onde está inserida: o seu bairro, sua cidade e seu país. A narrativa de uma obra em forma de diário atinge, então, um nível de denúncia social:

[...] Carolina, mergulhada numa escrita tradicionalmente subjetiva, consegue esboçar objetivamente os traços do Canindé, mesmo quando nela se incluir, vendo-se personagem de si mesma. Dessa forma, ao pretender narrar a vida daquela comunidade, vemos em Quarto de Despejo que a autora situa-se ora como mera testemunha que registra um documento da favela, ora como personagem e modelo dos dramas que se desenvolvem diariamente aos seus olhos. Ante a letargia dos favelados que se calam e a indiferença generalizada, que determina a banalização da miséria, o caderno onde escreve é, para a autora, a ponte entre duas extremidades (Perpétua, 2020, p 241-242).

Carolina de Jesus traz um sentido conotativo à fome que realmente vivencia, sendo representativo aos leitores o seu sofrimento, ao falar da comida de forma tão vivaz. É possível sentir o cheiro e o gosto de tal comida, de tão específica é a sua descrição, assemelhando-se a um sonho longínquo, de difícil alcance para a realidade da autora. Tal ideia está corroborada no seguinte trecho: “Fiz a comida. Achei bonito a gordura frigindo na panela. Que espetáculo deslumbrante! As crianças sorrindo vendo a comida ferver nas panelas. Ainda mais quando é arroz e feijão, é um dia de festa para eles” (Jesus, 2020, p. 45). Os relatos do diário mostram que a luta pelo alimento é constante, alimento que quando consegue, nutre a fé de que, apesar dos pesares, está sobrevivendo às tribulações: “Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade” (Jesus, 2020, p. 78).

Ao decorrer da leitura, observa-se que o grande intuito da Carolina que se expressa na obra é o de alcançar a felicidade, que para ela ocorrerá ao se integrar a uma outra classe social, por isso, ela luta contra a sua condição social, o que se reflete também no simbolismo de palavras utilizadas em partes do diário: “Deixei o leito as 4 horas para escrever. Abri a porta e contemplei o céu estrelado. Quando o astro-rei começou a despontar eu fui buscar água” (Jesus, 2020, p. 27). Carolina de Jesus mescla a sua linguagem popular, adquirida no meio social e nos poucos anos de estudo no grupo escolar, com palavras rebuscadas do



padrão culto da língua. Sobre isso, afirma Meihy (2016, p. 25): “Neste caso, note-se a busca do reconhecimento e esforço em aparelhar seu discurso, com os refinamentos da moda em voga, como se essa fosse a única alternativa para a almejada fama”. O preconceito dirigido ao negro, pobre, favelado, não só para Carolina de Jesus, mas para outros idênticos a ela, torna perceptível a eles que, para terem projeção na literatura, a linguagem culta seja fundamental. Para esse entendimento, Vogt acrescenta:

De um lado, a autora pertence ao mundo que narra, e cujo conteúdo de fome e privação compartilha com o meio social em que vive. Do outro, ao transformar a experiência real da miséria na experiência linguística do diário, acaba por se distinguir de si mesma e por apresentar a escritura como uma forma de experimentação social nova, capaz de acenar-lhe com a esperança de romper o cerco da economia de sobrevivência que tranca a sua vida ao dia a dia do dinheiro-coisa (Vogt, 2020, p. 197).

Carolina de Jesus trilhou um caminho, lutou e persistiu para que sua voz e verdade fossem ouvidas, em um país que vem perpetuando formas dominadoras e preconceituosas de relacionamento com “o outro” (sendo o outro alguém de origem social periférica e empobrecida), sempre de modo a desvalorizá-lo. Sobre isso, Vogt (2020, p.199) complementa: “Carolina vive, então como muitos outros pobres e negros do Brasil – Lima Barreto talvez seja o caso mais trágico de nossa literatura – a esperança de resgatar, pelo prestígio intelectual, o prestígio social que nunca tivera”. A resistência à escrita de Carolina de Jesus foi potente, o não reconhecimento que sofreu por parte dos seus semelhantes, pelo cânone literário e pela sociedade, foi real, mas isso só mostrou o quanto ela ocupou esse seu lugar de fala de forma singular, pioneira em abrir caminhos.

Silva (2016, p. 114) diz:

[...] não se deve perguntar como tal ou qual nome chegou a ser o que foi, mas perguntar-se como, a partir de sua origem social, pôde ocupar determinada posição ou desempenhar certo papel no campo literário. Observando o contexto de surgimento da obra de Carolina Maria de Jesus, torna-se difícil determinar qual posição ela ocupou dentro do campo literário dada a sua origem social, já que não possuía o *habitus* de um produtor cultural. Ademais, mesmo quando reconhecida a sua escrita, ainda que como mero registro histórico, essa mesma escrita denunciava claramente seu não pertencimento, uma vez que não dominava as regras básicas de produção literária, desde a gramática até o domínio das escolas literárias às quais pudesse se filiar ou criticar (*grifo da autora*).

Em razão disso, Lajolo (2020, p. 208) afirma: “[...] o Brasil que a gestou, mastigou e não engoliu [...]”. Tentaram invisibilizar a importância da linguagem dessa mulher, representante de todas as formas de “minorias”, personificadas em uma única pessoa. Lajolo



(2020) também percebe uma mensagem de esperança, ao dizer que nas trilhas abertas por Carolina de Jesus podem caminhar outras Carolinas, em busca da cidadania.

O que nos leva a pensar como a experiência da autora, pertencendo ao mundo literário através da sua escrita e dos círculos sociais que dele fazem parte, entra em choque com a cultura dominante Carolina de Jesus desafiou esse modelo ao se mostrar perante todos, escritora pobre, preta e culta. Desafiou todo o discurso dominante que nos forjou, desde a invasão do território brasileiro em 1500, e que explica a razão do preconceito e exclusão social a que Carolina de Jesus também foi submetida, por aqueles que não a consideraram competentes para ser uma grande escritora de livros.

Assim expressa Silva (2016, p. 126) sobre isso:

[...] Essa escrita afronta tanto por expor explicitamente a violência social cotidiana vivida pelos mais pobres, quanto pelo uso não normatizado da língua, que se refere a falta de escolaridade, bem como de capital cultural, em termos eurocêntricos, afligindo os mais ciosos de uma escrita perfeita [...].

Sendo assim, essa rejeição inculcada à pessoa da autora Carolina de Jesus, pelo que ela representa, também aparece no texto, quando a narradora Carolina diz: “[...] A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: - Está escrevendo, negra fidida!” (Jesus, 2020, p. 32). A desconfiança em relação às pessoas negras, como Carolina de Jesus, quando participam, de alguma forma, dos espaços de poder, é reflexo de um país em que a estrutura social sempre foi cruel, desde a sua constituição, não aceitando o ser negro como um ser protagonista, que possui uma narrativa para além de uma história única. Opta-se pela valorização da branquitude, em meio a um passado de martírio e subjugação que foi relegado a um povo forte, rico pela multiculturalidade que o forma, potente e capaz de grandes realizações, quando as situações lhe são oportunizadas.

O Brasil é um país em que as máscaras sociais predominam, pois a realidade formal da constituição social é uma e a realidade material que se apresenta é outra, o que nos faz pensar ilusoriamente que somos um país pacífico, plural, que aceita e incentiva todas as formas de ser e estar no mundo, incluindo o ser negro, como indivíduo capaz de galgar livremente lugares de destaque na sociedade. Essa condição social velada acaba por negar a evidência de que os negros e pobres nunca tiveram em seu passado histórico as mesmas chances de alguém branco, nascido de uma família abastada.



A história dos humilhados, sem direito de acesso à cidadania e à visibilidade, é permeada pela presença constante de muitos desafios. A superação se dá à custa de lutas e enfrentamentos em favor da (re) construção de memórias e identidades silenciadas ao longo do tempo, pela prerrogativa de que importa reivindicá-las quando são negadas pela sociedade.

Assim professora Adchie (2019, p. 32):

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Como Adichie (2019) diz, não existe uma história única sobre alguém ou sobre um povo, então não cabe colocar uma roupagem pré-selecionada quando não se sabe as particularidades de cada vivência e nem o potencial e produto que outros indivíduos são capazes de entregar, tomando por base para a formação dessa ideia apenas a cultura de mundo que cada um carrega dentro de si. Assim, não posso rechaçar e nem taxar como sem importância as experiências do outro com base no que eu acredito como exemplo ou como história de valor.

Impossível pensar o Brasil sem lembrar da herança histórica negra, que pelos interesses da elite dominante passou a ser minorada. Carolina de Jesus é exemplo de luta, ao testemunhar com sua história de vida a busca pela certificação de sua escrita, como uma escrita legítima, pois “[...] não é possível entender linguagem sem corte de classe social [...]” (Freire, 2021, p. 53). E isso tem a ver com a experiência da própria classe social em si; as diversidades de cultura, de linguagem, entre outras, não devem ser problema, nem sufocadas, mas celebradas.

Ao falar sobre sua revolta constante, Carolina de Jesus brada sobre a miséria de muitos brasileiros. Sua obra ficou marcada por deixar gravada na história as suas memórias, mas essas memórias não são só delas, são de todo um povo que viveu junto esse apagamento. A sua palavra se configurou em ato político contra o silenciamento e o esquecimento desses indivíduos, pois, como afirmam Meihy & Levine (2015, p. 21), “Carolina Maria de Jesus nunca se conformou com os privilégios e com as prioridades do desenvolvimento econômico que implicavam maior pobreza para o país e fortalecimento de grupos de poder já garantido [...]”.



O ato de escrever de forma denunciativa, praticado por Carolina de Jesus, assim como seu nunca enquadramento no rol de uma elite dominante “[...] dimensionava a capacidade pensante de uma mulher que se recusava a obedecer às regras históricas delegadas por uma estrutura de classe pouco flexível [...]” (Meihy & Levine, 2015, p. 39). O fato de uma mulher negra escrever um livro e publicá-lo na época em que Carolina de Jesus escreveu e publicou *Quarto de Despejo* era algo muito difícil, que dirá uma mulher negra, favelada e semianalfabeta conseguir tal façanha, era de se esperar a sua invalidação, o que não a intimidou de desafiar a pobreza e externar a sua luta pessoal, alcançada com esforço e consciência do valor da educação e da leitura. E, para escrever, precisou ler além das palavras, precisou ler o seu mundo.

Considerações Finais

Paulo Freire, ao assinalar o seu pensamento social e político como uma extensão sem a qual não existiria uma prática educativa voltada para o desvelamento das injustiças, faz uma revelação da dominação do opressor sobre o oprimido que resta comprovada pela ideologia impregnada de elitismo que paira sobre a organização social, histórica, econômica e cultural do país. A participação do oprimido nas decisões é transferida para uma elite opressora, a quem são delegadas todas as soluções para o andamento do país, somente a esta elite é dado viver as melhores oportunidades, restando ao oprimido se conformar com os rejeitos dos opressores.

Paulo Freire direcionou um olhar atento para os oprimidos, sujeitos famintos de uma liberdade de existir dentro de um quadro que não os favorece. Ao mesmo tempo, Freire via essas dificuldades como motivadoras de uma força propulsora para construir o caminho que pudesse fazer acontecer uma nova história, com mais igualdade e justiça social. Para isso seria preciso, como diz Nidelcoff (1994, p. 30, *grifos da autora*), “[...] reconhecer através de que meios os opressores mantêm o poder [...]”, não só observando, mas desvelando os significados ocultos dessas práticas de dominação.

A *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire não deixa de ser um grito de combate às invisibilidades que acontecem todos os dias e que só são palatáveis aos oprimidos, mas também nos informa que a educação só gera mudança social quando o oprimido encontra sentido nela, e através do conhecimento adquirido reflete não apenas sobre si, mas sobre si



como um sujeito inserido na sociedade, com poder de transformação substancial. Por essa razão, Freire militou pela emancipação frente à injusta divisão social que dá combustível à exploração dos oprimidos e que gera o silêncio ensurdecedor que ecoa pelo país, frente à opressão que nega o direito à contestação e perpetua a miséria dos humilhados, o que em nosso país já é estrutural.

Contudo, o oprimido não se calou e Carolina Maria de Jesus é testemunha disso, ao pronunciar e publicizar o seu discurso, mesmo apesar de todos os boicotes, um discurso que continua a ser ouvido, hoje ainda mais. Carolina de Jesus não aceitou ecoar o discurso do dominante, levantou a sua voz e falou sobre sua própria história, que é a história de todo um povo. Por ser uma escritora negra, oriunda da favela, onde a fome era uma constante companhia, além das outras infinitas necessidades primárias de sobrevivência, afirmou sua libertação em diários, com talento único, apesar de ter seu direito à educação violado, pois assim como nos fala Freire (2019), a negação aos direitos que conferem dignidade ao ser humano vem da elite que impele o sujeito a experimentar a opressão, o empurrando para as margens da sociedade.

Carolina de Jesus, por acreditar que o “dizer da sua palavra” a levaria a melhorar de vida, persistiu e conseguiu realizar tal desejo com a publicação do seu livro. Além disso, pela sua representação de mulher que, na problematização que fez do seu mundo, combateu a imagem de país igualitário e democrático que os dominantes vendem para os seus cidadãos. Pela coragem de, na escrita, fazer a crítica e a oposição necessária à opressão sob as diversas formas de exclusão do panorama social a que as massas são invisibilizadas, essa forma com que a obra de Carolina conversa com o seu leitor demonstrando notável consciência de valor pessoal ao recusar-se a usar a veste da incapacidade e aceitar a posição de subordinação que era conferida para pessoas da mesma origem que ela, mostra intensa proximidade com a educação que, sendo encarada como prioridade, tira o sujeito da zona de incertezas na vida. A interpretação do texto de Carolina colabora com toda a significação de sentido que a obra de Freire pretende ecoar no que diz respeito à imprescindível problematização do mundo e à tomada de consciência através da educação como forma de libertação dos excluídos.

A análise realizada a partir do encontro que a obra *Pedagogia do Oprimido* possibilita com o texto de *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus lançado anos antes, não resta dúvidas de que Freire dirigiu o seu discurso para um grupo que, marginalizado, precisava



encontrar dentro de si os atributos necessários para trilhar o caminho das possibilidades e também alertar a elite de que tolher aos oprimidos os meios que configuram para eles a liberdade não seria possível diante de um povo consciente de seus projetos pessoais, assim como Carolina foi.

A denúncia feita pelos dois autores precisa vir acompanhada da percepção de que a educação em nosso país, assim como as instituições responsáveis por ela e a prática do professor no dia a dia, tem que ser voltada para a valorização cultural que o aluno já traz em decorrência de suas experiências de vida, incluindo-as como legítimas e não as descartando, porque muitas vezes não atendem às expectativas que se pretendem para tal e nesse acolhimento de experiências cultivar no aluno a possibilidade do *Ser*, em razão do incentivo à curiosidade que pode ser construída a partir de práticas que fomentem a leitura e a escrita em sala de aula e fora dela, aperfeiçoando o processo de edificação do conhecimento do aluno, de forma que ele tenha sempre dentro de si a possibilidade de sonhar com projeto de vida que o faça ser diferente.

Assim, concluímos dizendo que Carolina, uma mulher que persistiu e contrastou com diversos estigmas sociais, fez da palavra um lugar de denúncia contra um poder dominante que sempre trabalhou pelo boicote dos sujeitos oprimidos, tornando-os socialmente invisíveis. Não há apenas uma história única a ser vivida, contada e lida, mas a esperança de que novas possibilidades se tornem viáveis quando, pela educação, as condições necessárias para se romper as barreiras da dominação sejam alcançadas.

Referências

Adchie, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Adorno, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 5. Ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

Almeida, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

Bento, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. Ed. - Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.



Candau, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. **Educação&Sociedade**, n. 79, p. 125-161, 2002.

Carneiro, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Césaire, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

Costa, Ana Maria Moraes; Santos, Simone Cabral dos & Vale, Elizabete Carlos do. 50 anos de Pedagogia do Oprimido: quem são os oprimidos hoje? **Olhar de Professor**, v. 23, p. 1-15, 2020.

Coronel, Luciana Paiva. Escrita e Moradia em Carolina Maria de Jesus e Virgínia Woolf. *In*: Arruda, Aline (Org). **Memorialismo e Resistência**: Estudos sobre Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Paco Editorial, 2016. p. 147 - 155.

Dantas, Audálio. A atualidade do mundo de Carolina. *In*: Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. Edição Comemorativa. São Paulo: Ática, 2020. p. 201 – 203.

Fanon, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Ferreira, Amanda Crispim. Para Além do Testemunho, a Obra Poética de Carolina Maria de Jesus. *In*: Arruda, Aline (Org). **Memorialismo e Resistência**: Estudos sobre Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Paco Editorial, 2016. p. 95 - 108.

Freire, Paulo. **Direitos humanos e educação libertadora**: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

Freire, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

Freire, Paulo. **Política e educação**. 5. Ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. Ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Freire, Paulo & Faundez, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 7. Ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Edição Comemorativa - São Paulo: Ática, 2020.

Lajolo, Marisa. A leitora no quarto dos fundos. *In*: Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. Edição Comemorativa. São Paulo: Ática, 2020. p. 205 - 215.

Meihy, José Carlos Sebe Bom; Levine, Robert M. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. 2. Ed. Sacramento: Editora Bertolucci, 2015.



Meihy, José Carlos Sebe Bom. Anos ou Danos Dourados? Modernização, Escrita Feminina, Diários Mineiros – Carolina Maria de Jesus e Maura Lopes Cançado. In: Arruda, Aline (Org.). **Memorialismo e Resistência**: Estudos sobre Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Paco Editorial, 2016. p. 11 - 42.

Moravia, Alberto. O diário de Carolina. In: Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. Edição Comemorativa - São Paulo: Ática, 2020. p. 181 - 185.

Moreira, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

Nidelcoff, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. 38. Ed. - São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

Perpétua, Elzira Divina. A proposta estética em *Quarto de Despejo* de Carolina de Jesus. In: Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada – edição comemorativa. Edição Comemorativa - São Paulo: Ática, 2020. p. 233 - 243.

Resende, Otto Lara. Luzes no quarto de despejo. In: Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. Edição Comemorativa - São Paulo: Ática, 2020. p. 187 - 189.

Santos, Simone Cabral Marinho dos; Santos, Nadia Farias & Oliveira, Bruna Karine de. Educação e invisibilidade social na obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus. **Todas as letras**, v. 18, n. 3, p. 41-52, 2016.

Silva, Eliane da Conceição. A Representação da Mulher em Carolina Maria de Jesus: entre o Estereótipo e a Escrita de Si. In: Arruda, Aline (Org.). **Memorialismo e Resistência**: Estudos sobre Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Paco Editorial, 2016. p. 109 – 128.

Silva, Tomaz Tadeu da & Hall, Stuart; Woodward, Kathryn. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9. Ed. - Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

Souza, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

Vogt, Carlos. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual (o Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus). In: Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. Edição Comemorativa - São Paulo: Ática, 2020. p. 191 - 199.

Submetido em: 10 de março de 2024

Avaliado em: 22 de abril de 2024

Aceito em: 22 de maio de 2024